

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO  
INTERDISCIPLINAR DE  
ESTUDO E PESQUISA  
DO IMAGINÁRIO  
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ISSN 1519-6674  
ANO XIX  
VOLUME 31  
(JUL-DEZ)  
2019  
P. 38-57.

## “AMAZÔNIA EM ARMAS”: LUTA E RESISTÊNCIA CONTRA A DITADURA MILITAR NO AMAZONAS

César Augusto Bubolz Queirós<sup>i</sup>

Professor Doutor do Departamento de História da  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

### RESUMO

A história da Ditadura Militar no estado do Amazonas ainda carece de estudos. Há uma grande lacuna sobre o período e a disputa pela memória sobre a ditadura está em aberto. Muito ainda há se pesquisar acerca dos impactos da Ditadura Militar sobre a Amazônia e sobre o estado do Amazonas. Existe uma crença generalizada de que a região não sofreu com a repressão, a censura e o autoritarismo. Ledo engano! Desde muito cedo, a região sofreu os impactos da ditadura que se instalava. Embora os impactos da ditadura militar tenham sido sentidos desde os primeiros momentos do golpe, há uma profunda invisibilidade sobre a repressão ocorrida no estado e as formas de resistência. Nesse sentido, nesse artigo pretendo discutir brevemente essa invisibilidade a partir da análise de uma tentativa de guerrilha ocorrida no Amazonas no ano de 1967 e que foi fartamente documentada em um Inquérito Policial Militar e pela imprensa da época. A partir desse episódio quixotesco, pretendemos lançar luzes sobre a resistência à ditadura militar no Amazonas, procurando demonstrar que havia grupos e indivíduos que não compactuavam com o autoritarismo do governo e que empenhavam seus esforços e recursos financeiros na luta contra a Ditadura. Esse episódio, divulgado na imprensa como “o crime do motor Antônio Alberto”, permite uma ampla análise sobre as formas de resistência que estavam sendo organizadas e, em um contexto marcado pelo simbolismo da guerrilha impulsionada por Che Guevara e por sua morte, proporciona uma reflexão sobre a integração latino-americana.

**Palavras-chave:** Guerrilha; Amazônia; Ditadura.

### ABSTRACT

The history of the Military Dictatorship in the state of Amazonas still needs to be studied. There is a big gap over the period and the dispute over the memory of the dictatorship is open. Much remains to be researched about the impacts of the Military Dictatorship on the Amazon and on the state of Amazonas. There is a widespread belief that the region has not suffered from repression, censorship and authoritarianism. Ledo mistake! From an early age, the region suffered the impacts of the dictatorship that was taking place. Although the impacts of the military dictatorship have been felt since the first moments of the coup, there is a profound invisibility about the repression in the state and the forms of resistance. In this sense, in this article I intend to briefly discuss this invisibility from the analysis of a guerrilla attempt that took place in Amazonas in 1967 and which was abundantly

documented in a Military Police Inquiry and by the press of the time. From this quixotic episode, we intend to shed light on the resistance to the military dictatorship in Amazonas, trying to demonstrate that there were groups and individuals that did not agree with the authoritarianism of the government and that committed their efforts and financial resources in the fight against the Dictatorship. This episode, publicized in the press as “the crime of the engine Antonio Alberto”, allows a wide analysis on the forms of resistance that were being organized and, in a context marked by the guerrilla symbolism driven by Che Guevara and by his death, provides an reflection on Latin American integration.

**Keywords:** Guerrilla; Amazon; Dictatorship.

Os serviços de segurança consideraram os livros como altamente subversivos. As circunstâncias em que se havia descoberto o barco, alguns boatos que começavam a correr sobre o venezuelano, o desaparecimento de alguns estudantes levaram as autoridades à conclusão de que a segurança nacional estava ameaçada. Havia guerrilha na Amazônia!

Renato Tapajós

## INTRODUÇÃO

A história da Ditadura Militar no estado do Amazonas ainda carece de estudos. Há uma grande lacuna sobre o período e a disputa pela memória sobre a ditadura está em aberto. Muito ainda há se pesquisar acerca dos impactos da Ditadura Militar sobre a Amazônia e sobre o estado do Amazonas e falar sobre o período na região Norte é sempre bastante complicado<sup>ii</sup>. Existe uma crença generalizada de que a região não sofreu com a repressão, a censura e o autoritarismo. Ledo engano!

Desde muito cedo, a região sofreu os impactos da ditadura que se instalava. Os impactos dos projetos desenvolvimentistas na região foram particularmente nefastos para as populações indígenas. O relatório da CNV apresenta a estimativa de que pelo menos 8.350 indígenas tenham sido mortos em todo o país durante o período investigado. Para o estado do Amazonas, o impacto sobre a etnia dos Waimiri-Atroari é, talvez o mais dramático<sup>iii</sup>. Na primeira lista de cidadãos que tiveram mandatos e direitos

políticos cassados em decorrência do Ato Institucional nº I, em 10 de abril de 1964, já estavam os nomes do ex-governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo e do deputado federal Almino Monteiro Alvares Afonso, eleito pelo PTB em 1962<sup>iv</sup>. Almino Afonso foi o candidato que obteve a maior votação para a Câmara dos Deputados pelo Amazonas, reelegendo-se com 13.870 votos e exercendo a função de líder do PTB na Câmara. Foi Ministro do Trabalho e da Previdência Social de João Goulart.

No início de maio, o deputado Federal Arlindo Porto (PTB) teve seu mandato cassado após reunião ordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), tendo sido preso logo em seguida<sup>v</sup>. Arlindo Porto foi o primeiro deputado estadual a perder o mandato na Ditadura Militar. O vereador Manoel Rodrigues da Silva, ex-dirigente do Sindicato dos Estivadores<sup>vi</sup>, e seu suplente Othon Mendes<sup>vii</sup>, além do vereador Nathanael Rodrigues<sup>viii</sup>, também tiveram seus mandatos cassados na Câmara de Vereadores de Manaus. Em sessão da Câmara que deliberaria sobre a situação de Manoel Rodrigues, a vereadora Lea Alencar Antony (PSD)<sup>ix</sup> afirmou que “a hora é de renovação, de reconstrução, de depuração e de expurgo”, afirmando que seria uma “sentinela vigilante do cumprimento dos ideais da revolução no âmbito municipal”<sup>x</sup>. Após ter sua prisão efetuada pela Polícia Civil no dia 15 de abril, Manoel Rodrigues teve seu mandato

cassado por seus pares em sessão secreta da Câmara ocorrida no dia 24 sob a alegação de ter sido filiado ao Partido Comunista em 1945<sup>xi</sup>. Na mesma sessão, foi constituída uma comissão integrada pelos vereadores Paulo Nery, Evandro Carreira e João Bosco Lima com a finalidade de “apurar a participação de outros vereadores e suplentes em movimentos subversivos e que professam ideologia contrária ao regime democrático”<sup>xii</sup>. E, no mês de junho, Nathanael Rodrigues também teve seu mandato cassado<sup>xiii</sup>.

Em 14 de junho, foi a vez do governador Plínio Ramos Coelho (PTB)<sup>xiv</sup> ter seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos<sup>xv</sup>. No entanto, mesmo com a deposição, o ex-governador não teve descanso. Em virtude das denúncias de corrupção sobre a constituição de uma sociedade anônima com o nome de Paranauari feitas pelos deputados da oposição parlamentar durante seu governo, em 10 de agosto de 1964, Plínio Ramos Coelho foi conduzido à Chefatura de Polícia e depois à Penitenciária Estadual acusado de ter cometido “delito contra o Estado“, passando por uma investigação sumária instalada pelo desvio de 5 milhões de cruzeiros dos cofres públicos<sup>xvi</sup>.

No mesmo dia da prisão do ex-governador Plínio Coelho, o governador Arthur Cezar Ferreira Reis ordenou a ocupação militar do parlamento estadual – que funcionava provisoriamente no Instituto de Educação do Amazonas –, tendo enviado telegrama ao presidente Castelo Branco denunciando “o

aumento inconstitucional e imoral votado por deputados, dos seus próprios subsídios” e acusando-os de terem agido dessa forma em função da necessidade de compensar perdas de recursos econômicos provocadas pela supressão dos municípios. Assim, justificando a interdição da Assembleia Legislativa e a prisão do ex-governador, Reis afirmou que resolveu “praticar atos revolucionários para chamar à razão os que se opõem a concepção dos objetivos revolucionários e a missão que me foi confiada”<sup>xvii</sup>.

Na mesma ocasião da prisão de Plínio Coelho e da interdição da Assembleia Legislativa, Arthur Reis ordenou o fechamento dos jornais *O Trabalhista* e *A Gazeta*<sup>xviii</sup>, ambos pertencentes ao grupo Difusão, sendo seus redatores enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O procurador do estado, Leandro Tocantins, declarou que o fechamento dos dois jornais “foi um imperativo das conclusões do inquérito policial-militar que enquadrou os seus diretores e redatores incursos na Lei de Segurança Nacional”. Seu redator-chefe, Manoel José Antunes, foi preso e recolhido ao quartel da milícia<sup>xix</sup>.

Perseguição política, mandatos cassados, governadores depostos, fechamento do Legislativo estadual, confrontos e aposentadorias no Judiciário, fechamento de jornais, perseguição à imprensa, genocídio da população indígena, enfim, somente sem um olhar mais atento às fontes é que se poderia relativizar ou

minimizar os impactos da ditadura e do autoritarismo no estado. Tal afirmação é claramente contrária a qualquer análise mais apurada do contexto local.

Outro aspecto que, por vezes, é aventado se refere à inexistência de uma resistência à ditadura militar no Amazonas, decorrente de uma certa docilidade ou acomodação da população. Em vista disso, esse artigo tem o objetivo de lançar luzes sobre esse tema, partindo da análise de um episódio ocorrido no ano de 1967, na cidade de Manaus, a fim de levantar questões sobre a resistência à ditadura militar no Amazonas, buscando demonstrar que havia grupos e indivíduos que não compactuavam com o autoritarismo do governo e que empenhavam seus esforços e recursos financeiros na luta contra a Ditadura. Partiremos da análise de um Inquérito Policial Militar aberto com a finalidade de investigar os “atos subversivos” promovidos pelo grupo e da repercussão desse episódio na imprensa local<sup>xx</sup>.

### **O “CRIME DO MOTOR ANTÔNIO ALBERTO”: UMA TENTATIVA DE GUERRILHA NA AMAZÔNIA**

No ano de 1967, um crime ocorrido na cidade de Manaus, na região do Tarumãzinho, intrigou a imprensa e a população amazonenses. Divulgado pela imprensa como “o crime do motor Antônio Alberto”<sup>xxi</sup>, esse fato gerou muito mais repercussões do que se poderia imaginar no

início das investigações. Quando a polícia encontrou o corpo do motorista Agostinho da Silva, assassinado a tiros em uma lancha próxima à Ilha do Tarumãzinho, a hipótese logo levantada foi a de que se tratasse de uma quadrilha de contrabandistas que pretendia raptar a embarcação. A descoberta de uma mochila com alguns cadernos em que era possível identificar o nome do ex-funcionário do Banco do Norte, Carlos Washington de Lemos Botelho, e um romance policial possibilitou um novo rumo às investigações<sup>xxii</sup>. Mais de 45 homens da polícia militar e do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) se envolveram na operação de captura dos fugitivos que haviam se embrenhado na selva e lá permaneceram por vários dias. Até mesmo um helicóptero foi utilizado nas operações.

Tal crime resultou na abertura do Inquérito Policial Militar 46/1967<sup>xxiii</sup>, tendo como réus Ricardo Gomez, Mário José de Lemos Botelho, Carlos Washington de Lemos Botelho, Walmen Melo Botelho, José Severino Ferreira, Sebastião Lustosa Brasil, Raimundo Nonato Ferreira Gomes Sobrinho, Antônio Roberto Pinto Guimarães e Vicente de Paula Moura Costa, acusados de terem arquitetado plano subversivo com a finalidade de “iniciar intenso treinamento destinado ao desencadeamento de guerrilhas no interior amazonense” e implicados em atividades que comprometem a segurança nacional<sup>xxiv</sup>. A surpresa da imprensa e dos investigadores com o desdobramento dos fatos era visível, embora a

polícia se esforçasse para que a hipótese de guerrilha fosse descartada, divulgando para a imprensa que o “negócio era contrabando”<sup>xxv</sup>.

No processo, apurou-se que Carlos Washington de Lemos Botelho, um ex-funcionário do Banco do Norte, conheceu o venezuelano Ricardo Gomez, conhecido como Cântio Carruña, por intermédio do soldado Sebastião Lustosa Brasil e soube que o mesmo viera ao Brasil para “recrutar alguns elementos que o auxiliassem numa futura ação de guerrilha com a finalidade de fazer a libertação de toda a Amazônia sulamericana da exploração do imperialismo americano”<sup>xxvi</sup>. De pronto, Carlos Washington, acompanhado de seu irmão Mário José de Lemos Botelho e de seu primo Walmen Melo Botelho, embarcou de cabeça na proposta do ousado venezuelano.

Ricardo Gomez já estivera em Manaus entre os meses de maio e junho e, nessa ocasião, teria conhecido na Casa do Estudante, Sebastião Lustosa Brasil, soldado do Batalhão de Caçadores. Segundo documento do Grupamento de Elementos de Fronteira de Cucuí, em dezembro de 1966, Ricardo Gomez já estivera no 4º pelotão de fronteira se fazendo passar por repórter de um jornal de Puerto Ayacucho, tendo ficado alguns dias no referido batalhão. Posteriormente, o Comandante da Guarda Nacional da Guarnição Venezuelana de San Carlos informou que Ricardo Gomez era “comunista fichado” e que esteve preso em Puerto Ayacucho por mais de um ano, por

atividades subversivas. Ademais, serviu na Guarda Nacional e foi expulso por ter retirado um caminhão da Guarda Nacional sem autorização, lotando-o de comunistas e membros do Partido Comunista para percorrer a cidade durante uma manifestação contrária ao governo em Caracas.

Segundo informações das Forças Armadas venezuelanas, Gomez teria recebido treinamento de guerrilha em Cuba e participado, juntamente com seu padraço, um russo residente na Venezuela, um atentado contra um avião que fazia a rota Caracas-Puerto Ayacucho, que explodiu quando chegava ao povoado de Calaboço. Na explosão, morreram todos os tripulantes e passageiros, em torno de 25 pessoas, entre elas o padraço de Gomez. Em função deste atentado, foi preso por 4 anos por ato de terrorismo<sup>xxvii</sup>.

Pois foi esse revolucionário venezuelano o principal protagonista de uma tentativa de guerrilha amazônica. Após sua estadia em Manaus no início do ano, Gomez retornou à cidade em setembro, tendo saído da Venezuela para a Guiana, depois para Belém e, finalmente, vindo para Manaus. Em Belém, Gomez recebera a orientação para procurar o engenheiro civil Antônio Roberto Pinto Guimarães<sup>xxviii</sup>, que lhe auxiliaria com recursos e contatos, o que demonstra a existência de uma rede de relações entre Belém e Manaus. Ao chegar, foi apresentado por Sebastião Lustosa a Vicente de Paula Moura Costa e Raimundo Nonato Ferreira

Gomes Sobrinho, por achar que compartilhavam dos mesmos ideais. Como já conhecera Walmen Botelho da outra vez em que esteve em Manaus, solicitou que o mesmo se dirigisse à casa de Raimundo Nonato, onde estava hospedado desde seu regresso a Manaus. Raimundo Nonato Sobrinho era considerado o líder intelectual do grupo, ministrando aulas de geografia e história, indicando leituras e tendo forte ascendência intelectual. Era leitor de Karl Marx e amigo do ex-governador Plínio Ramos Coelho<sup>xxxix</sup>, com quem se correspondia por cartas, tomando o cuidado de queimá-las após a leitura. Mário José de Lemos Botelho já conhecia Raimundo Nonato Sobrinho, de quem fora subordinado quando trabalhava na colônia “Cacau Pirera”, onde, segundo ele, Raimundo Nonato fazia “pregações políticas” para os trabalhadores.

Em torno de Raimundo Nonato Sobrinho, se formou um seletto grupo que buscava discutir os problemas nacionais e que, inicialmente, era “janista”<sup>xxxix</sup> mas que, com o tempo, foi se aproximando gradativamente das ideias socialistas e comunistas. Raimundo Nonato exercia grande influência sobre os membros dos setores progressistas da cidade. Entre os “elementos esquerdistas” com quem Raimundo Nonato se relacionava, estavam nomes como Aristofano de Castro, Lúcio Cavalcanti e Amazonino Mendes, que não quiseram colaborar com o movimento revolucionário que se orquestrava em Manaus, mas que dialogavam e compartilhavam com os mesmos ideais.

Segundo Gomez, teria vindo ao Brasil porque “a Amazônia brasileira é uma região que muito interessa aos imperialistas americanos e mais porque a Amazônia não é só Brasil”<sup>xxxix</sup>. Ricardo Gomez era membro do partido Union Republicana Democrática<sup>xxxix</sup>, da Venezuela, e tinha visitado vários lugares da América e da Europa, deixando seus interrogadores intrigados. Gomez, que era pintor e de poucos recursos, esteve em Dusseldorf, visitou a República Democrática da Alemanha (RDF) – onde “a passagem é livre e não como se pensa” –, foi a Paris – onde foi ameaçado de prisão –, Georgetown – onde foi detido pela polícia por falta de visto no passaporte –, além de vários estados brasileiros.

43

Nesse contexto, a luta pela libertação latino-americana do imperialismo estava em um momento de efervescência e Che Guevara representava o ideal da emancipação política dos países periféricos dos jugos da exploração capitalista. O líder revolucionário chegara, em fins de 1966, à Bolívia com a intenção de impulsionar um foco guerrilheiro que pudesse convulsionar todo o continente. Para ele, a Revolução Cubana representava o prelúdio de uma grande luta revolucionária que traria a libertação do hemisfério. Para isso, era necessário “encontrar as bases em que se apoia este tipo de luta, as regras a seguir pelos povos que buscam sua libertação; teorizar o fato, estruturar e generalizar esta experiência para o aproveitamento de outros”<sup>xxxix</sup>.

Na Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), ocorrida em Cuba, entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967, a política defendida pelos partidos comunistas nacionais foi duramente criticada e a luta guerrilheira foi aclamada como estratégia adequada para a maior parte dos países latino-americanos, proclamando que o dever de todo revolucionário era o de “fazer a revolução”<sup>xxxiv</sup>.

Parecia uma aventura quixotesca protagonizada esses cinco jovens que pretendiam iniciar uma guerrilha em plena floresta amazônica e que, com poucos recursos, ousavam enfrentar as forças autoritárias instaladas no país desde 1964. No entanto, é impossível entender minimamente o que almejavam esses jovens sem compreender o contexto político daquele momento. Nesse sentido, Ridenti afirma que

Um erro em que muitas vezes se incorre ao pensar as esquerdas nos anos 60 é tomá-las separadamente do contexto da época que as produziu e que tentaram transformar. De fato, fora daquelas circunstâncias específicas, parece um despropósito a opção de armar-se para iniciar a guerrilha, supostamente o primeiro passo para realizar a revolução brasileira<sup>xxxv</sup>.

Os anos 60 do século passado transcorreram sob a representação de inúmeras revoluções de libertação nacional que, ou haviam sido vitoriosas ou ainda estavam em curso. São os casos da Revolução Cubana (1959), da independência da Argélia (1962) e a guerra antiimperialista em desenvolvimento no Vietnã. “O êxito militar dessas revoluções é fundamental

para se compreender as lutas e o ideário contestador nos anos 60”<sup>xxxvi</sup>. E quem melhor representava esses ideais era, sem sombra de dúvidas, a figura de Ernesto “Che” Guevara.

E a figura do guerrilheiro argentino pode ser considerada fundamental para se compreender os propósitos e sonhos dos jovens que iniciaram o movimento no Amazonas. Quando perguntado se conhecia Che Guevara, Ricardo Gomez respondeu que “não teve a honra de conhecê-lo”<sup>xxxvii</sup>. No entanto, é evidente a intenção de iniciar uma guerrilha com o intuito de combater as “injustiças sociais” e, para isso, era preciso “formar grupos para derrubar governos”<sup>xxxviii</sup>. Ademais, alguns depoentes afirmaram que, durante o período em que estiveram embrenhados na selva, Ricardo Gomez os obrigava a “ler os livros de Che Guevara sobre guerrilhas além de outras publicações de caráter subversivo”<sup>xxxix</sup>. Entre os materiais que foram apreendidos com o grupo e que constaram como anexo ao processo, podemos observar folhetos que orientavam a ação dos guerrilheiros e a prática da guerrilha. Em um deles, podemos observar as seguintes orientações:

Puntos cardinales del combatiente guerrillero:

Desplazarse por la selva silenciosamente, sin hacer ruido y rapidamente; prestando oido y mucha vista a toda senal de la selva.

Todo guerrillero debe saber lo que carga em su mochila y cuidar com mucha atención sus útiles; cuidado de que no se rompan o se pierdan.

Tener mucho cuidado com el arma: no debe de soltarse em ningun momento y debe limpiarse por lo menos 3 veses al dia; Asi

mismo mirar com mucho cuidado el seguro de el arma para prevenir accidentes.  
Estar atento a las instrucciones y lecturas.  
Actuar em todo momento com diligencia e energia em toda tarefa.  
Hablar siempre em voz baja y hacer poco ruído.  
Estar em todo momento alerta.  
Ser cariñoso com los campesinos y procurar apoyo

No entanto, enquanto os revolucionários amazonenses tentavam executar seus planos no Tarumãzinho, o revolucionário argentino vivia seus derradeiros momentos nas mãos do exército boliviano. No dia 01 de outubro, *O Jornal do Comercio* noticiava que Che Guevara estava encurralado pelo exército boliviano<sup>xl</sup>. Alguns dias depois, no dia 9 outubro de 1967, Che foi executado pelo tenente Mario Terán com uma rajada de fuzil<sup>xli</sup>.

O próprio Che Guevara teria estado, no ano de 1965, no interior do Amazonas, residindo no município fronteiro de Benjamin Constant, oeste do estado. Guevara teria entrado no estado pelo alto Solimões, na fronteira entre Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil). De lá, passou por Benjamin Constant e passou a se abrigar na casa de um morador da região, trabalhando anonimamente como médico e atendendo aos moradores e comunidades ribeirinhas. Após sair de Benjamin Constant, dirigiu-se a Tefé, onde ficou menos de um mês, também trabalhando como médico<sup>xlii</sup>.

Durante o planejamento, Carlos Washington Botelho teria recebido de Ricardo Gomez e de Raimundo Nonato a tarefa de

convidar pessoas para formar o grupo guerrilheiro. Outras pessoas ainda estariam apoiando o grupo: Antônio Roberto, engenheiro do DRM e professor da Escola Técnica e o médico Raimundo Moura Tapajós teriam contribuído financeiramente para a compra de armas e munições. Raimundo Moura Tapajós era médico e havia atuado na campanha de erradicação da tuberculose no Amazonas. Em seu depoimento, negou ter auxiliado financeiramente a guerrilha, tendo apenas fornecido um empréstimo a Raimundo Nonato sem saber para que fim.

O grupo – formado por Ricardo Gomez, Carlos Washington, Mário Botelho, Wernem Botelho e José Severino Ferreira – seguiria de barco pelo Rio Negro até a Venezuela, onde iniciaria treinamento de guerrilhas, e, posteriormente, voltaria ao Brasil para “eclodir, no extremo norte do país, um movimento revolucionário de grande envergadura”<sup>xliii</sup>. Sebastião Lustosa Brasil desistiu de se incorporar ao grupo, ficando responsável por aliciar novos companheiros e, como era das Forças Armadas, atuar como informante. Embora o objetivo do grupo fosse chegar à Venezuela e realizar treinamento em guerrilha, Ricardo Gomez negou que houvesse algum centro de treinamento por lá e afirmou que pretendia “treiná-los quando encontrasse elevações que se prestassem para este tipo de treinamento”<sup>xliv</sup>. Devemos destacar que um depoimento deste tipo está repleto de

intencionalidades e que, mesmo que existisse tal centro de treinamento, muito provavelmente ele não o mencionaria. Para ilustrar tal observação, devemos mencionar que os outros membros do grupo afirmaram que havia outros grupos aguardando sua chegada na Venezuela, o que foi negado por Gomez, que afirmou que isso era “fantasia por parte dos demais”<sup>xlv</sup>. Embora Gomez tenha negado a existência de um grupo organizado que os aguardaria na fronteira, no depoimento dos outros réus é possível observar que eles estavam convictos da existência de tal possibilidade. Walmem Botelho chegou a afirmar que, na fronteira do Brasil, na Venezuela e na Colômbia muitos “homens e índios” estariam aguardando “um chefe” para formar a Frente de Libertação da Amazônia<sup>xlvi</sup>.

Walmen Botelho era primo de Carlos Washington de Lemos Botelho e Mário de Lemos Botelho. Em sua ficha no Comando Militar do Amazonas, é possível observar que sua atuação no movimento estudantil já vinha sendo acompanhada pelos militares. Ele era o primeiro vice-presidente da União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas (UESA) e fez parte da elaboração da “Carta de Princípios”, lida e aprovada no XVI Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas do Amazonas. Nessa carta, os estudantes estabeleciam as diretrizes que norteariam a condução da diretoria da UESA no biênio 1967/68 e faziam uma interessante análise de conjuntura, na qual afirmavam que “dia após dia,

se intensifica, em todo o Brasil, a luta por um regime democrático que reconheça o direito dos estudantes, dos intelectuais, dos trabalhadores e do povo em geral”. A carta estabelecia como deveres da diretoria os seguintes:

1º desenvolver política no sentido de elevar o seu conceito entre o povo e os estudantes amazonenses; 2º unir e organizar os estudantes do grau médio do Amazonas na luta pelos seus interesses; 3º desenvolver política de aproximação e filiação dos grêmios do interior do estado, integrando-os no movimento estudantil regional; 4º intensificar intercâmbio político-cultural entre os grêmios da capital e os do interior e os dos outros estados no sentido de elevar o nível intelectual dos estudantes e de esclarecê-los politicamente; 5º apoiar e participar ativamente da luta que as forças nacionalistas orientam contra a esterilização de mulheres por missões religiosas estrangeiras em nossas áreas subdesenvolvidas; 6º lutar pela reabertura dos grêmios fechados pelas diretorias e defender a criação de grêmios em colégios em que ainda não existam; 7º esclarecer a opinião pública contra as forças imperialistas que ameaçam a nossa soberania e pretendem fazer da Amazônia um celeiro abastecedor para suas atividades contra a humanidade; 8º encossar os protestos e as lutas de nossos irmãos estudantes de todo o país, contra as tentativas antidemocráticas de negar aos estudantes o direito de participar da vida política do Brasil; 9º cultivar o espírito antimilitarista e de repúdio a todas as guerras; 10º defender sempre a tese de que os povos têm autonomia para decidir de seus destinos; 11º apoiar e divulgar os preceitos da Encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI; 12º prestar contas da obediência, ou não, a estes princípios no XVII Congresso Estudantil de Estudantes de Grau Médio do Amazonas<sup>xlvii</sup>.

46

Segundo Moraes, “os estudantes constituíram a categoria mobilizadora por excelência. Aquela que, pondo-se em movimento, movimentava as demais”<sup>xlviii</sup>. Em

Manaus, o Bar do Alex, na Getúlio Vargas, servia como um espaço de encontro entre estudantes, grupos e pessoas que compartilhavam os mesmos ideais e que estavam ligados à resistência à Ditadura Militar em Manaus, especialmente membros e simpatizantes da União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas (UESA) e da Ação Popular (AP)<sup>xlix</sup> para discutir problemas políticos do estado<sup>l</sup>.

Formado o grupo que daria início à jornada, Carlos Washington, juntamente com José Severino Ferreira, o Pernambuco, ficou encarregado de alugar um barco para o transporte. José Severino Ferreira era Mestre Rural no Plano Integrado de Subsistência, onde Raimundo Nonato exercia cargo de chefia. Nonato teria lhe perguntado se “tinha coragem de participar de uma guerrilha”<sup>li</sup>, o que de pronto respondera que sim. Logo fora chamado por Nonato à sua casa, onde apresentara-lhe Cântio Carruña a fim de iniciar a aventura. Entraram em contato com Alberto Queiroz, conhecido como Pelado, e, alegando que transportariam peles de Humaitá para Manaus, conseguiram concretizar o acertar o aluguel da embarcação. Após a negociação com o proprietário, Carlos Washington, Ricardo Gomez, José Severino, Mário e Wolmen embarcaram na lancha “Alfredo Alberto”, na Escada dos Remédios, no dia 26 de setembro. Juntamente com o grupo, embarcou a tripulação, formada por Opídio, Raimundo e Agostinho. No trajeto para a Venezuela, Ricardo Gomez já havia articulado

uma rede de apoio para o grupo em cidades como Barcelos, onde o Dr. Rafael Ugarte o estaria aguardando.

Após terem abastecido a embarcação em um posto flutuante, o venezuelano, empunhando um revólver, tentou render a tripulação com a intenção de amarrá-los e deixá-los na Ilha do Camaleão, passando a Ponta Negra, a fim de prosseguir com seus planos. Para isso, anteriormente haviam sido distribuídas cordas para que os tripulantes fossem imobilizados. No entanto, um dos tripulantes, Agostinho, reagiu e atracou-se com Ricardo Gomez, tendo sido alvejado no peito e vindo a falecer na mesma hora. Aproveitando a confusão, os outros tripulantes se lançaram na água e conseguiram fugir após terem escutado gritos de “mata os outros”. Após a frustrada tentativa de imobilização dos tripulantes e o consequente assassinato de um deles, corpo de Agostinho foi lançado no Rio Negro<sup>lii</sup>.

Diante da inusitada situação e na iminência de terem seus planos denunciados, o grupo atracou o barco e se embrenhou na selva. Antes disso, Ricardo Gomez assumiu o comando do barco e deu duas voltas na região tentando localizar os dois tripulantes fugitivos para que eles não denunciassem o grupo. O grupo adentrou na selva e conseguiu permanecer vários dias driblando a perseguição do exército e da polícia com técnicas de guerrilha. Carlos Washington Botelho afirmou que, no período em que estavam embrenhados no mato, fugindo de

uma possível perseguição em virtude do assassinato do tripulante, Ricardo Gomez promovia treinamentos em táticas de guerrilha e luta corporal<sup>liii</sup>. Evidentemente, o depoimento dos réus ocorreu mediante coerção e parece pouco provável que, no meio da floresta, com escassos recursos e fugindo da perseguição policial, os fugitivos ainda tenham conseguido realizar treinamentos de guerrilha. Cansados, famintos e amedrontados, acabaram sendo presos pelos policiais apenas no dia 12 de outubro, tendo ficado 18 dias em fuga<sup>liv</sup>.

O romance *Em Câmera Lenta*, de Renato Tapajós, guarda grande semelhança com os episódios aqui abordados. O livro começou a ser escrito em 1973, quando Renato Tapajós estava detido no presídio do Carandiru e tem por objetivo fazer uma “reflexão sobre os acontecimentos políticos que marcaram o país entre 1964 e 1973 e, mais particularmente, entre 1968 e 1973”<sup>lv</sup>. No romance, o autor narra os episódios ocorridos em uma tentativa de guerrilha rural ocorrida na região amazônica, mais especificamente nos arredores de Manaus, no Rio Negro. As semelhanças são tamanhas que podemos considerar que Tapajós, nascido em Belém, possa ter se inspirado nos fatos ocorridos em 1967 para escrever sua obra ou que, possivelmente, conhecesse os envolvidos visto que também participou de atividades de guerrilha<sup>lvi</sup>. No romance, um grupo de seis guerrilheiros é liderado por um venezuelano em uma empreitada na floresta amazônica. Quando

o piloto da embarcação resolveu desertar, foi julgado pela justiça revolucionária e executado devido ao “perigo que ele traria a todo o plano”. Após abandonar o barco, o grupo se embrenhou na floresta amazônica, onde permaneceu por longos dias. Em alguns trechos, podemos imaginar a experiência dos guerrilheiros em meio à mata:

O venezuelano caminhava na frente do pequeno grupo. Cansados e barbudos: os dias de marcha através da floresta tinham sido duros. As roupas se esfarrapavam, a pele se feria nas armadilhas da vegetação, os mosquitos atrapalhavam o sono: só conseguiam dormir quando o corpo absolutamente exausto não era mais capaz de reagir<sup>lvii</sup>.

Muitas outras semelhanças da obra com o “caso do motor Antônio Alfredo” são perceptíveis. No romance, os membros do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) também estão entre as forças responsáveis pela captura dos fugitivos. O CIGS fora criado em 1964<sup>lviii</sup>, em Manaus, visando à preparação convencional dos militares para o combate na selva, passando a realizar exercícios de contraguerrilha da maneira mais realista possível e passando a instrução de combate à guerrilha para oficiais brasileiros e latino-americanos<sup>lix</sup>. O general francês Paul Aussaresses, ex-agente do serviço secreto francês que lutou nas guerras do Vietnã e da Argélia, era um dos instrutores que regularmente vinha a Manaus a fim de ensinar técnicas de tortura e de combate à guerrilha, tendo sido adido militar no Brasil entre os anos

de 1973 e 1975. Santos salienta que, “além de expor que o ensino de tortura era feito por meio de exercícios práticos realizados entre e pelos próprios alunos, a fala de Assaureses é interessante no que se refere à característica do CIGS, ‘um centro único em toda a América Latina’”<sup>lx</sup>. Com isso, percebemos a centralidade do papel desempenhado pelo CIGS como mecanismo de treinamento, inteligência e repressão não apenas da ditadura militar brasileira, mas também das demais ditaduras latino-americanas. Tendo em vista a sua importância para o aparelho da repressão, a presença do CIGS na busca dos foragidos é bastante emblemática. No romance, o autor já destaca que o CIGS era um lugar onde os oficiais “aprendiam técnicas de guerrilha, assessorados por instrutores norte-americanos, alguns veteranos do Vietnã. Aprendiam a sobreviver na selva, aprendiam as táticas de cerco, o emprego das armas especiais, o combate típico da guerrilha, os métodos de interrogatório mais eficientes, com o uso das torturas mais adequadas”<sup>lxi</sup>.

Saindo do romance e voltando para nossos guerrilheiros, o grupo estava acampado nas proximidades da Ilha do Camaleão, no Tarumãzinho, em um lugar conhecido como Jaraqui quando foram flagrados pelos homens do CIGS. No momento da prisão, os quatro brasileiros foram presos nesse momento sem esboçar resistência e foram encaminhados em uma lancha do CIGS para o Grupamento de

Fronteiras. No entanto, Ricardo Gomez reagiu, disparando alguns tiros e indo se embrenhar na selva<sup>lxii</sup>.

Ferido na troca de tiros, faminto e cansado, à noite, Ricardo Gomez se entregou a alguns mateiros contratados pela polícia e foi levado de canoa à delegacia, lá chegando às 3 da madrugada do dia 13. No ato da rendição, afirmou que era chileno e formado em Medicina pela Universidade do Chile, negando que tivesse cometido qualquer assassinato. Estava muito nervoso e faminto, tendo comido peixe e ficado conversando com os caboclos antes de ser conduzido a Manaus. Foram encontrados com o grupo armas automáticas, fuzis, mapas da região, diverso folhetins e panfletos com táticas de guerrilha e um litro de ácido sulfúrico com o qual pretendiam fazer treinamentos para produção de coquetéis Molotov<sup>lxiii</sup>. Ao ser interpelado na delegacia, Gomez afirmava em altos brados que seus ideais políticos não haviam morrido e que “morro, mas não digo nada”<sup>lxiv</sup>! Quando perguntado sobre os motivos do fracasso da missão, o venezuelano o teria atribuído ao péssimo estado físico dos componentes do grupo, à inteira falta de apoio, mas, especialmente, à “ação eficaz do exército e da polícia” por ocasião das buscas<sup>lxv</sup>.

Durante o interrogatório de Ricardo Gomez, os militares perguntaram se ele havia recebido aviso de que estava sendo perseguido através do programa “Bate-papo na roça”, da Rádio Rio-Mar, tendo respondido que sim<sup>lxvi</sup>. No

entanto, Gomez havia sido perguntado anteriormente quando soube que havia tropas do Exército à sua procura, tendo respondido que havia deduzido pois escutara ruídos de embarcação rápida<sup>lxvii</sup>. Raimundo Nonato, que fazia as traduções dos panfletos e livros<sup>lxviii</sup> escritos em espanhol, tomava parte no programa da Rádio Rio-Mar e eles teriam supostamente combinado códigos que seriam transmitidos em determinados horários. Boa parte dos códigos estariam relacionados à leitura de trechos dos evangelhos, como os de São João e São Matheus<sup>lxix</sup>.

Entre os panfletos apreendidos, se encontra um manuscrito com o título *Amazônia em Armas*, uma mensagem do Conselho Revolucionário dos Povos do Comando do Amazonas, traduzido do espanhol por Raimundo Nonato Sobrinho<sup>lxx</sup>. O manifesto era dirigido “aos trabalhadores, aos pobres, aos indígenas, aos mestiços e negros, aos camponeses, operários, estudantes, intelectuais e a todos os homens e mulheres de boa vontade que almejam felicidade e o progresso da humanidade” e anunciava o início do combate e da vitória contra “opressores, exploradores, ricos poderosos e imperialistas yanques”. Os autores do manifesto se apresentavam da seguinte forma:

Aqui estão presentes os filhos dos povos irmãos do Brasil, Colômbia, Venezuela e outros. Somos homens e mulheres que formamos a vanguarda combatente dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos que vivem com fome e na miséria, em uma palavra: dos pobres.

Ao empunhar as armas, o fazemos porque a gente humilde do povo trabalhador, somos conscientes que ao pobre não há outro caminho, que viver eternamente passando fome, miséria e humilhações, ao receber esmolas toda sua vida, até morrer, ou levantar-se violentamente[...].

Empunhamos as armas para participar da luta pela libertação de nossas pátrias e para desta maneira, contribuir para a derrota total, segura e definitiva dos agressores yanques imperialistas e a todo gênero de opressão[...]. Estaremos fazendo a guerra revolucionária do povo, como manda o comandante “Che” Guevara<sup>lxxi</sup>.

Apurando as “atividades subversivas” de Ricardo Gomez, o GEF chegou a uma longa ficha na qual constava sua participação como membro do Movimento de Libertação da Zona Caraíba (MLCZ), com sede em Paris, sendo o elemento de ligação do MLCZ com o Partido Nacionalista Republicano (PNR), do Suriname. Segundo as informações contidas no documento, o PNR teria estreita relação com a OLAS. Tal relação pode ser percebida no manifesto apreendido pela polícia em que o Conselho Revolucionário dos Povos – Comandos do Amazonas saúda a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) e a Organização pela Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina (OSPAAAL).

Ao término do Inquérito Policial Militar, concluiu-se que, desde o início do ano de 1967, articulava-se na cidade de Manaus uma operação de guerrilha com o objetivo de

subverter a ordem e a estrutura política-social vigentes na Venezuela e no Brasil [...] visando instalar a guerra de guerrilhas com a

finalidade de alcançar a ditadura de classe e de partido político e a implantação no Brasil de um governo comunista, do tipo marxista-leninista e segundo os moldes cubanos, movimento esse que começaria pela formação de líderes de pequenos grupos que tentariam obter o controle, sucessivamente, de pequenas áreas do vale do Rio Negro, no norte do estado do Amazonas, da Amazônia brasileira, da Amazônia sul-americana, do norte do continente sul americano e, por fim, de toda a América do Sul<sup>lxxii</sup>.

Os “guerrilheiros da Amazônia” foram condenados<sup>lxxiii</sup>. Ricardo Gomez foi condenado a oito anos de prisão; Raimundo Nonato Ferreira Gomes Sobrinho, a três anos e seis meses de prisão, com suspensão de seus direitos políticos. No ano seguinte, tiveram suas penas reduzidas pelo Superior Tribunal Militar (STM) para quatro anos e dois anos e meio, respectivamente<sup>lxxiv</sup>. Os demais envolvidos na empreitada – Mário José de Lemos Botelho, Carlos Washington de Lemos Botelho, Walmen Melo Botelho, José Severino Ferreira, Sebastião Lustosa Brasil, Antônio Roberto Pinto Guimarães e Vicente de Paula Moura Costa – foram inicialmente absolvidos. É interessante observar a estratégia utilizada pelo advogado dos réus, Francisco de Lima Filho<sup>lxxv</sup>, que anexou matérias de jornal e declarações do então Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto.

O artigo intitulado *A Amazônia corre perigo de internacionalização?*, escrito por Arthur Cezar Ferreira Reis e publicado na revista *Realidade*, foi anexado como prova da inocência dos envolvidos. No artigo, o autor expunha o

risco que o território nacional sofria em função da cobiça internacional pelas terras amazônicas, afirmando que “aguçavam os apetites dos povos poderosos que careciam de matérias primas para seus parques industriais e de espaço para nele situarem parcelas que carecem de lar, de terra para viver”. Para impedir a internacionalização da Amazônia, faz-se necessário que “nos armemos, não apenas para a luta armada”<sup>lxxvi</sup>. A capa do periódico *Folha do Norte* que trazia a manchete “*Não se trata de chauvinismo: nossa soberania está mesmo ameaçada*”<sup>lxxvii</sup>, com declarações do senador Arthur Virgílio e do ministro Albuquerque Lima também foi anexada como prova; da mesma forma, a reportagem do periódico *O Jornal*, com o título *É o plano da invasão*, também estava entre as provas de que as intenções dos réus eram de defesa da Amazônia contra a cobiça internacional<sup>lxxviii</sup>.

Em depoimento colhido em março de 1968, Mário José de Lemos Botelho alterou sua versão original e informou que “preparavam um movimento de defesa da Amazônia em caso de invasão estrangeira”<sup>lxxix</sup>. Seu advogado foi por esta linha de defesa ao argumentar que “os arrazoantes não pretendiam, absolutamente, conquistar o poder político da nação; não pretendiam apoderar-se do governo; pretendiam simplesmente adentrar-se em guerrilhas para defender a Amazônia, no caso de uma invasão estrangeira”<sup>lxxx</sup>. Nesse sentido, a juntada de recortes de jornais e de revistas ao processo se justificava no sentido de demonstrar que “o

receio da invasão estrangeira não era uma fantasia”.

Por sua vez, o advogado dos réus Antônio Rodrigo, Raimundo Nonato e Vicente de Paula, Alarico Barata, alegou que a acusação buscava transformar um crime comum, “praticado por um desvairado dentro dos limites de uma pequena embarcação”<sup>lxxxix</sup>, em uma orquestração subversiva para derrubar a ordem constituída. Barata atribuiu a perseguição a seu cliente Raimundo Nonato Sobrinho a seus conhecidos ideais políticos, tendo afirmado que “numa democracia, num ESTADO DE DIREITO, o fato de uma pessoa não concordar com o pensamento de certa maioria, não quer dizer que essa oposição seja subversiva”<sup>lxxxix</sup>.

Em seu arazoado de defesa, o advogado dos réus José Severino e Sebastião Lustosa afirmou que Severino, que trabalhava sob as ordens de Raimundo Nonato, não sabia das intenções revolucionárias do grupo e sequer conhecia Ricardo Gomez. Além disso, jamais participara de movimentos políticos ou subversivos em sua vida. A exemplo do advogado dos Botelho, argumentou que “foi-lhe dito que a finalidade do movimento era contra a ação dos estrangeiros que estavam invadindo a Amazônia”<sup>lxxxix</sup>.

Ricardo Gomez e Raimundo Nonato passaram a negar o ocorrido, enquanto os demais envolvidos confirmavam a versão da guerrilha, com algumas discrepâncias. Raimundo Nonato afirmou que prestou declaração mediante

ameaças de agressão física, ofensas verbais e estando em pé das 17:00 às 4:00hs<sup>lxxxiv</sup>. Antônio Roberto e Ricardo Gomez alegaram que tiveram que assinar o depoimento sob ameaças e que constavam elementos com os quais não concordavam. Antônio Roberto afirmou que a recusa em assinar o depoimento implicaria em aumento do tempo de prisão e cancelamento da visita de sua esposa<sup>lxxxv</sup>.

Em novembro de 1968, o STM deu provimento a uma apelação contra a absolvição dos demais participantes do processo e resolveu condenar Walmen Melo Botelho, Carlos Washington de Lemos Botelho, Mário José de Lemos Botelho, Sebastião Lustosa Brasil<sup>lxxxvi</sup>, José Severino Ferreira, Antônio Roberto Pinto Guimarães e Vicente de Paula Moura Costa à pena mínima prevista pelo artigo 23 do decreto-lei 314, de dois anos de reclusão. Ademais, reverteu a decisão que reduzia a pena de Ricardo Gomez e de Raimundo Nonato Sobrinho. Gomez cumpriria sua pena de reclusão até o dia 14 de outubro de 1975. No entanto, teve sua expulsão do país decretada em 30 de outubro de 1973, retornando à Venezuela em 3 de abril de 1974<sup>lxxxvii</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a tentativa de guerrilha na Amazônia tenha fracassado ainda em seus primeiros momentos, é importante se pensar esse episódio a fim de desconstruir um conjunto de

premissas que, por vezes, negam qualquer possibilidade de resistência à ditadura militar no Amazonas ou que ainda buscam negar ou relativizar sua existência no estado. Mesmo que esse episódio quixotesco tenha fracassado, ao longo de toda a narrativa podemos perceber um conjunto bastante heterogêneo de pessoas que, mesmo se negando a participar da ousada empreitada, prestava apoio financeiro ou ideológico ao grupo. No artigo, observamos que, em torno de Raimundo Nonato Sobrinho, se formava um grupo de intelectuais que fazia oposição à ditadura militar e que sistematicamente se reunia para refletir sobre os problemas do país – sendo que o próprio Amazonino Mendes surge como pessoa ligada ao grupo. Percebemos ainda uma relação e uma troca de informações entre os grupos de Manaus e Belém. Outro elemento que deve ser destacado é justamente a ativa participação dos estudantes vinculados à União dos Estudantes Secundaristas Amazonas (UESA) e à Ação Popular (AP) na luta contra a ditadura. Sem dúvida alguma, os estudantes amazonenses – assim como em todo o país – assumiram uma posição de vanguarda na luta contra o autoritarismo da ditadura militar. Tal atuação carece de estudos mais aprofundados no estado a fim de que se conheça melhor a resistência e organização estudantis no Amazonas. Alguns lugares surgiram como espaços de sociabilidade nos quais a oposição à ditadura se reunia para, entre uma cerveja e outra, discutir política e os rumos do país. Nesse

sentido o Bar do Alex, na Getúlio Vargas, centro de Manaus, é citado diversas vezes. Não apenas o estado do Amazonas sofreu de imediato os impactos da ditadura militar – contando com um dos principais centros de treinamento em contraguerrilha e tortura da América Latina – como verificou-se uma efetiva resistência popular a essa ditadura. Resistência essa que estava espalhada por vários setores e, mesmo que silenciosa, estava ali, presente. Estudantes, intelectuais, operários e mesmo alguns militares se empenhavam em colocar obstáculos à sanha autoritária do governo e ousavam pensar e imaginar um país melhor e mais justo. A luta desses sujeitos esquecidos pela história deve ser lembrada e celebrada.

53

## REFERÊNCIAS

**Ato do comando supremo da revolução nº 1**, de 10 de abril de 1964.

BEZERRA, Cleber de Lima. **A imprensa amazonense: dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1963-1968)**. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: PPGH/UFAM, 2010.

BRANCO, Carlos Castelo. **Che Guevara - um 'estranho' em Benjamin Constant**. Manaus, 2000.

AGUIAR, Francisco Evandro. **Rio Javari: o rio martirizante na Bacia Amazônica**. Curitiba: Appris, 2018.

**Carta de Princípios da União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas.** Anexo ao IPM 46/67.

Folha do Norte. Belém.

GOMES, Eduardo. **Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos waimiri-atroari (1964-2014).**

Dissertação de Mestrado em História. Manaus: PPGH/UFAM, 2015.

GUEVARA, Che. **Sierra Maestra: da guerrilha ao poder.** 2ª. Ed, São Paulo: Edições Populares, 1982.

HERRERA, Bernardino. Viejos y nuevos modelos de partidos políticos en Venezuela.

**HUMÁNITAS:** Portal temático en Humanidades, nº 11, 1999, pp. 205-223.

Inquérito Policial Militar 46/67. **Auditoria da 8ª Região Militar.** Conselho Permanente de Justiça do Exército. Belém, 1967.

**Jornal do Comercio.** Manaus.

Manuscrito **Amazônia em Armas.** IPM 46/87.

MONÇÃO MIRANDA, Camila Barbosa. Ditadura militar e Amazônia: representações, imaginários e legitimação política.

**Manduarisawa** - Revista Eletrônica Discente do Curso de História da UFAM, [S.l.], v. 2, n. 2.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social.** São Paulo, v. 2, n 1, 1989.

**O Jornal.** Manaus.

Ofício nº 2137/SPMAF. 26/11/1975. **Supremo Tribunal Militar.** Apelação 36.705.

QUEIRÓS, César Augusto B. A história operária em processo: apontamentos sobre o uso de processos criminais no estudo da história do trabalho. **Tempo Amazônico.** Volume II, nº 1, jun./dez. 2014.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964 In: **Utopia e Repressão: 1968 no Brasil.** 1 ed., Salvador: Editora Sagga, 2018.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. **Revista Mundos do Trabalho.** v.8, p. 49-65, 2016.

QUEIROZ, Thiago Rocha de. **O humor humor e abertura social nas charges de Miranda (1972 - 1974).** Dissertação de Mestrado em História. Manaus: PPGH/UFAM, 2014.

**Realidade.** São Paulo.

REIS Fº, Daniel Aarão. **Imagens da Revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, Marcelo. Que História é essa?. In.: **Versões e ficções:** o sequestro da história. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

RODRIGUES Sales, Jean, A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. **Tempo** [en linea] 2009.

SANTOS, Luciano Felipe dos. **Paul Aussaresses**: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso). Dissertação de Mestrado em História. USP: São Paulo, 2014.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. 2ªed. São Paulo: Alfa-Omega. 1977.

## NOTAS

<sup>i</sup> Atualmente, é professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atuando tanto no Departamento de História quanto no Programa de Pós-Graduação em História. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UNIFAP. Atualmente, exerce a função de Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Ditadura e é membro do corpo editorial da *Canoa do Tempo* - revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, da qual foi editor entre os anos de 2016-2018. Exerce as funções de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, Coordenador do Curso de História do PARFOR e é presidente da ANPUH/AM. Bacharelado e Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997), Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012).

<sup>ii</sup> Gradualmente, algumas dissertações de Mestrado sobre o período vêm sendo produzidas com o intuito de superar essa lacuna. São os casos dos trabalhos de QUEIROZ, Thiago Rocha de. *O humoral humor e abertura social nas charges de Miranda (1972 - 1974)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM, 2014.; BEZERRA, Cleber de Lima. **A imprensa amazonense: dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1963-1968)**. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM, 2010.; MONÇÃO MIRANDA, Camila Barbosa. **Ditadura militar e Amazônia**: representações, imaginários e legitimação política. *Manduarisawa* - Revista Eletrônica Discente do Curso de História da UFAM, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 73-84,

<sup>iii</sup> GOMES, Eduardo. **Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos waimiri-atroari** (1964-2014). Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM, 2015.

<sup>iv</sup> Ato do comando supremo da revolução nº 1, de 10 de abril de 1964.

<sup>v</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 05/05/1964, p. 1.

<sup>vi</sup> Em abril, o Sindicato dos Estivadores de Manaus sofreu uma intervenção militar. *Jornal do Commercio*. Manaus, 28/04/1964, p. 1.

<sup>vii</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 05/05/1964, p. 8.

<sup>viii</sup> Todos do PTB.

<sup>ix</sup> Lea Alencar Antony elegeu-se a primeira deputada estadual do Brasil nas eleições de 1970.

<sup>x</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 23/04/1964, p. 8.

<sup>xi</sup> O prefeito de Manaus, instituiu uma comissão, presidida por Walter Rayol, que encaminhou à Chefia de Polícia uma relação de nomes de todos os funcionários da prefeitura a fim de verificar se havia algum servidor “fichado com comunista”. O governo do estado também criou comissão com a mesma finalidade. *Jornal do Commercio*. Manaus, 02/05/1964, p. 1.

<sup>xii</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 24/04/1964, p. 1.

<sup>xiii</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 02/06/1964, p. 8.

<sup>xiv</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. *Revista Mundos do Trabalho*. v.8, p. 49-65, 2016.

<sup>xv</sup> *Jornal do Commercio*, 03 de junho de 1964.

<sup>xvi</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964 In: *Utopia e Repressão: 1968 no Brasil*. 1 ed., Salvador: Editpóra Sagga, 2018.

<sup>xvii</sup> *Jornal do Commercio*, 11 de agosto de 1964.

<sup>xviii</sup> LOBO, Narciso. Relendo os Jornais. *Jornal do Commercio*, 31 de agosto de 1986.

<sup>xix</sup> *Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1964.

<sup>xx</sup> Em outro artigo, discuti a especificidade do uso de processos criminais como fonte para o pesquisador. QUEIRÓS, César Augusto B. A história operária em processo: apontamentos sobre o uso de processos criminais no estudo da história do trabalho. *Tempo Amazônico*. Volume II, nº 1, jun./dez. 2014.

<sup>xxi</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 28 de setembro de 1967, p. 4.

<sup>xxii</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 30 de setembro de 1967, p. 8.

<sup>xxiii</sup> Inquérito Policial Militar 046/67. Conselho Permanente de Justiça do Exército. Apelação 36.705/1968,

<sup>xxiv</sup> Inquérito Policial Militar 46/67. *Auditoria da 8ª Região Militar*. Conselho Permanente de Justiça do Exército. Belém, 1967, p. 2. Nas próximas referências, esse processo será referido apenas como IPM 46/67.

<sup>xxv</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 15/10/1967, p. 4.

<sup>xxvi</sup> IPM 46/67, p. 19.

xxvii IPM 46/67, p. 59/60.

xxviii Antônio Roberto Pinto Guimarães era engenheiro do Departamento Rodoviário Municipal de Manaus. Em sua ficha do Comando Militar da Amazônia, aparece como comunista e agitador de alta periculosidade, tendo sido presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) até 1966. Na ocasião do golpe de 1964, “lançou violentíssimo manifesto contra a revolução”. Foi indiciado em IPM por subversão. Tentou “sublevar” os estudantes da Faculdade de Engenharia contra o diretor e, na recepção aos calouros, lançou cartazes ofensivos e discursos na linha do PC.

xxix Em seu depoimento, Vicente de Paula Ferreira Moura afirmou que não se surpreenderia se Plínio Coelho “estivesse financiando parte do movimento de guerrilhas”. IPM 46/67, p. 182.

xxx A inclinação “janista” do grupo de Raimundo Nonato talvez possa ser explicada a partir de sua aproximação com Plínio Ramos Coelho. Nas eleições de 1960, enquanto os trabalhistas ligados ao então governador Gilberto Mestrinho apoiaram o candidato Henrique Lott (PSD), Plínio Coelho e seus seguidores prestaram seu apoio a Jânio Quadros.

xxxi IPM 46/67, p. 31.

xxxii HERRERA, Bernardino. Viejos y nuevos modelos de partidos políticos en Venezuela. *HUMÁNITAS*: Portal temático em Humanidades, nº 11, 1999, pp. 205-223, p. 214.

xxxiii GUEVARA, Che. **Sierra Maestra**: da guerrilha ao poder. São Paulo: Edições Populares, 1982. (2ª. ed.).

xxxiv Rodrigues Sales, Jean, A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Tempo* [em linha] 2009

xxxv RIDENTI, Marcelo. Que História é essa?. In.: **Versões e ficções**: o sequestro da história. Perseu Abramo: São Paulo, 1997, p. 12.

xxxvi RIDENTI, Marcelo. Que História é essa?. In.: **Versões e ficções**: o sequestro da história. Perseu Abramo: São Paulo, 1997, p. 12.

xxxvii IPM 46/67, p. 31.

xxxviii IPM 46/67, p. 31.

xxxix IPM 46/67, p. 45.

xl *Jornal do Commercio*. Manaus, 01/10/1967, p. 1.

xli *Jornal do Commercio*. Manaus, 11/10/1967, p. 1.

xlii BRANCO, Carlos Castelo. **Che Guevara - um 'estranho' em Benjamin Constant**. Manaus, 2000. AGUIAR, Francisco Evandro. **Rio Javari: o rio martirizante na Bacia Amazônica**. Curitiba: Appris, 2018.

xliiii IPM 46/67, p. 3.

xliv IPM 46/67, p. 33.

xlv IPM 46/67, p. 33.

xlvi Sebastião Lustosa Brasil se refere a essa frente como Aliança Libertadora dos Povos da Amazônia Brasileira e Sul Americana. IPM 46/67, p. 44 e 51.

xlvii Carta de Princípios da União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas. Anexo ao IPM 46/67, p. 42.

xlviii MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social*. São Paulo, v. 2, n 1, 1989, p. 157.

xlix A Ação Popular foi uma organização política fundada entre 1962 e 1963 e que era integrada basicamente por membros da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC), seu objetivo era formar quadros que pudessem “participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo”. REIS Fº, Daniel Aarão. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Marco Zero, 1985, p. 36.

<sup>1</sup> IPM 46/87, p. 23.

<sup>li</sup> IPM 46/67, p. 39.

<sup>lii</sup> IPM 46/67, p. 39.

<sup>liiii</sup> IPM 46/67, p. 21.

<sup>liv</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 13/10/1967, p. 1 e 8.

<sup>lv</sup> TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta*. 2ªed. São Paulo, Alfa-Omega. 1977, p. X.

<sup>lvi</sup> Renato Tapajós cumpriu pena entre os anos de 1969 e 1974 por participação na guerrilha urbana como membro da Ala Vermelha (AV/PCdoB). Em 1977, em virtude da repercussão do livro, voltou a ser preso. O livro foi considerado pelos agentes da repressão como uma “apologia do terrorismo, da subversão e da guerrilha em todos os aspectos. Serviço de Informações. São Paulo, 15/07/1977. Apud.

<sup>lvii</sup> TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta*. 2ªed. São Paulo, Alfa-Omega. 1977, p. 39.

<sup>lviii</sup> Entre 1970 e 1978 passou a ser chamado de Centro de Operações na Seva e Ações de Comandos (COSAC).

<sup>lix</sup> ARAÚJO, p. 344.

<sup>lx</sup> SANTOS, Luciano Felipe dos. **Paul Aussaresses**: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso). Dissertação de Mestrado em História. USP: São Paulo, 2014, p. 113.

<sup>lxi</sup> TAPAJÓS, Op. Cit., p. 58-59.

<sup>lxii</sup> IPM 46/67, p. 41.

<sup>lxiii</sup> IPM 46/67, p. 31.

<sup>lxiv</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 14/10/1967, p. 1.

lxv IPM 46/87, p. 34.

lxvi IPM 46/87, p. 32.

lxvii IPM 46/87, p. 31.

lxviii Entre os livros encontrados nos pertences dos guerrilheiros estavam *Passagem de ida e volta*, de, e *Poemas de amor*, *Como reagir contra a guerra revolucionária*, *Furacão sobre a Brimânia*, *Floresta em chamas*, *Tribos da área amazônica* e *O valor do medo*, além de diversos panfletos e manuscritos. IPM 46/87, p. 21.

lxix IPM 46/87, p. 72.

lxx No processo, estão arrolados tanto o manifesto original, escrito em espanhol e datilografado, quanto a tradução em português, manuscrita por Raimundo Nonato Sobrinho.

lxxi Manuscrito *Amazônia em Armas*. IPM 46/87, p. 88.

lxxii IPM 46/87, p. 285.

lxxiii *Jornal do Commercio*. Manaus, 28/07/1968, p. 1.

lxxiv IPM 46/87, p. 639

lxxv Advogado de Carlos Washington, Mário e Walmen.

lxxvi Realidade. São Paulo, 02/1968. Anexo ao IPM 46/67, p. 515.

lxxvii Folha do Norte. Belém, 25/01/1968. Anexo ao IPM 46/67, p. 508.

lxxviii *O Jornal*. Manaus, 17/12/1967. Anexo ao IPM 46/67, p. 506.

lxxix IPM 46/67, p. 522.

lxxx IPM 46/67, p. 556.

lxxxi IPM 46/67, p. 563.

lxxxii IPM 46/67, p. 563.

lxxxiii IPM 46/67, p. 572.

lxxxiv IPM 46/67, p. 532.

lxxxv IPM 46/67, p. 533.

lxxxvi Em maio de 1969, Sebastião Lustosa Brasil morreu vítima de um tiro no peito. A imprensa de Manaus especulava se havia sido assassinado pelos seus ex-companheiros de guerrilha, pelos parentes da noiva que deflorou ou pelos colegas de um assalto à agência da Cruzeiro do Sul. Sebastião aguardava a expedição da ordem de prisão tendo em vista que o telegrama que ordenava seu recolhimento trazia o nome errado. *Jornal do Commercio*. Manaus, 14/05/1969, p. 1.

lxxxvii Ofício nº 2137/SPMAF. 26/11/1975. Supremo Tribunal Militar. Apelação 36.705. p. 14.

Recebido em: 13/10/2019.

Aprovado em: 26/11/2019.

Publicado em: 31/01/2020.